

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH

BACHARELADO EM HUMANIDADES – BHU

YNGREDY MARIA DE FREITAS LIMA

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL DO INTERIOR DO CEARÁ
SOBRE A BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR (BNCC)**

Redenção – CE

2019

YNGREDY MARIA DE FREITAS LIMA

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
DO INTERIOR DO CEARÁ SOBRE A BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR (BNCC)**

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Paula Sthel Caiado.

Redenção – CE

2019

AGRADECIMENTOS

À Deus, meu mestre maior, que me concedeu o dom da vida, pois sem sua plena vontade nada poderia ser feito.

À minha família e principalmente ao meu noivo Jorge Rebert que me incentivou e se fez presente nos momentos mais difíceis dessa caminhada, fazendo-se compreensível quando às minhas ausências.

Em especial à minha querida Professora Doutora Ana Paula que não mediu esforços para as minhas orientações na realização desse trabalho, com paciência e respeito às minhas dificuldades.

Enfim, quero dizer que sem o apoio de todas as partes mencionadas eu não teria como chegar aos meus objetivos.

Data: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof^a. Dra. Ana Paula Sthel Caiado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Redenção – CE

2019

RESUMO

O presente projeto analisa a base nacional comum curricular (BNCC) a partir das concepções de professores do ensino fundamental do interior do Ceará. Busca abordar o contexto histórico em que a base se inicia até ser homologada, visando elucidar seu processo de construção sob a perspectiva da participação e colaboração dos atores educativos.

Palavras chaves: BNCC, Professores, Ensino Fundamental.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	7-8
2 JUSTIFICATIVA	9-11
3 DELIMITAÇÃO DO TEMA E OBJETIVOS	12
3.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
3.2 OBJETIVO GERAL	12
3.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
5 METODOLOGIA	14
6 PLANO DE ATIVIDADES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	15
7 REFERÊNCIAS	16-17
ANEXOS	18-20

1 APRESENTAÇÃO

Partirei de uma breve contextualização para que se compreenda os meios que consolidaram esse trabalho. Este projeto de pesquisa aborda um tema importante para a sociedade, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do ponto de vista dos professores do ensino fundamental do interior do Ceará, mais especificamente a região do Maciço de Baturité.

O interesse por esse estudo surgiu mediante a curiosidade pela alfabetização infantil. Meu pensamento inicial era saber como se dava a alfabetização das crianças e quais eram suas metodologias, por ter passado por uma experiência ainda na minha infância, quando ao terminar o 1º ano do fundamental, ainda não tinha o conhecimento da leitura. Nos primeiros encontros com minha orientadora, ao relatar essa minha experiência na infância, ela me falou sobre como muitas das experiências educacionais são permeadas por questões curriculares, me apresentando assim a base nacional comum curricular. Daí em diante decidi a pesquisar sobre o tema em questão. A partir do objetivo geral, vários objetivos específicos foram desenvolvidos, o que possibilitou estudos mais aprofundados em torno dessa problemática, que vieram originar e subsidiar o interesse por pesquisar o ponto de vista dos professores que atuam no interior do Ceará acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A base aqui analisada (BNCC) vem sendo pensada desde a promulgação da constituição de 1988, cujo artigo 210¹ prevê a criação de uma programação de conteúdos fixos a serem estudados no ensino fundamental, destacando uma educação a serviço de pleno conhecimento da pessoa, além de um preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Por conseguinte, as exigências do mundo do trabalho, decorrente da reestruturação produtiva, desencadearam mudanças gradativas nas instituições socioeducativas culminando na intensificação da atividade docente. Ao nosso ver as precárias condições de trabalho docente tem proporcionado pouca disponibilidade de tempo aos docentes para o exercício da função de educar, considerando a diversidade de habilidades e competências demandadas ao professor. Em primeiro lugar, desde 2015, o Ministério da Educação, acompanhado de outras instituições, especialmente Conselho Nacional de Secretários da Educação e União

¹ https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.../art_210_.asp

Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, vêm tentando construir o documento e divulgando suas versões ao público, via portal eletrônico. Tarefa esta um tanto quanto complexa, tendo em vista os principais desafios relacionados ao processo de implementação do documento da Base, decorrentes, em grande parte, do fato de o Brasil ser um país de realidades socioeconômicas e costumes bastante díspares, além de o sistema de educação básica nacional ser constituído de uma rede extensa, distribuída por um território vasto e diverso. Somam-se a esse contexto as cobranças e a excessiva responsabilização pela eficiência e produtividade nas atividades de ensino frente a uma realidade educacional em crise (Carvalho, 2014).

A nova e última versão da base já está implementada nos novos materiais escolares de escolas públicas e privada. Embora não seja nova; em momentos anteriores já se anunciava ideias de elaboração de uma base, tais discussões não se fizeram presentes na concretização das duas versões preliminares apresentadas. Reafirma-se assim o principal problema notado nos meios educacionais que é a ausência de clareza sobre a discussão e a construção de uma base, uma vez que sua construção não proporcionou um amplo debate entre os indivíduos que estão presentes no chão da escola e da sociedade no geral.

Deste modo, busca-se na pesquisa, identificar as representações dos professores sobre o processo de discussão e o funcionamento da Base Nacional Comum Curricular no Sistema Educacional Brasileiro, citando também as duas versões apresentadas. Por meio de uma metodologia de levantamento descritivo e exploratório, irei observar a construção da concepção de base comum curricular na história do currículo, estudando também a estrutura do texto BNCC – 1ª e 2ª versões, especificamente nas suas partes introdutórias. Autores como, Arroyo (2013), Alves (2014), Macedo (2014, 2015, 2016), dentre outros, formaram o escopo da fundamentação teórica do trabalho, além dos documentos oficiais do Ministério da Educação. Presta-se para essa nova base reduzir as desigualdades de aprendizado, com um currículo centrado nos interesses dos alunos.

Desta maneira, será feita uma entrevista com os professores buscando identificar o que está nos novos currículos dos profissionais da educação e no ensino. O público alvo dessa normativa são docentes e instituições do ensino fundamental, assim indo a campo, pretendo investigar temáticas importantes para este estudo tais como o funcionamento da base na prática. Para a obtenção de informações, me certificarei da aplicação de questionários aos professores, buscando de início variadas escolas entre

elas públicas e privadas do interior do Ceará, de diferentes séries do ensino fundamental de 2º, 4º, 6º e 9º anos.

Por fim, busca-se problematizar a respeito dos diversos interesses antagônicos, bem como as intenções que cercam o referido documento. Partiu-se do entendimento de que a BNCC se trata de uma política pública gestada no interior de um contexto neoliberal. Para tanto, este estudo terá como suporte metodológico a análise de conteúdo.

Por meio do levantamento bibliográfico e análise documental já foi possível perceber que a BNCC possui uma concepção político-pedagógica baseada na pedagogia das competências, porém, subestima a relevância do papel de docentes no processo educativo. Uma vez que essa base deveria contribuir para potencializar a luta daqueles que se propõem a defender o acesso ao saber científico, a escola pública, gratuita, de qualidade e para todos, buscando necessariamente o equilíbrio dos interesses gerais, a fim de buscar uma educação equitativa.

2 JUSTIFICATIVA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem sido um dos assuntos mais falados na educação ultimamente. Trata-se do documento que mais recebeu sugestões e contribuições na história do país! Isso já mostra a importância que possui, não só para os educadores, mas para o país inteiro (França, 2019).

Com o objetivo de atrair atenção para o tema, o trabalho falará da implementação da base e das mudanças desse novo modelo de documento facultado aos professores ao mesmo tempo em que surgem mudanças em seus currículos, considerando assim os aspectos teóricos e práticos da base. A BNCC têm sido tema de muitas outras pesquisas e os resultados têm apontado a existência de muitos estigmas e estereótipos sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento da mesma. Esse fato vem gerando muita preocupação no meio educacional, para que a base já implantada, dentre outras versões, seja detentora de identidades e histórias dos alunos, sendo estes, segundo Arroyo (2004), sujeitos de histórias mas sem direito à conhecer suas histórias.

Sobre isso Ribeiro (2018) comenta que uma das discussões que se tem travado diz respeito à necessidade e propriedade de uma base curricular para um país continental, como o nosso com realidades diferentes, marcadas por diversidade cultural, social e econômica. Uma base não significa uma padronização dos conhecimentos a serem

tratados na escola, uma vez que cabe às unidades escolares a produção de seus projetos políticos pedagógicos, o que lhes garantem apropriarem-se daquilo que é oposto como comum, de acordo com suas realidades e necessidades (Menezes, 2018).

Diante disso, este estudo tem enquanto relevância acadêmica e social, o intuito de desmistificar e estereótipos acerca da base nacional comum curricular (BNCC), sobretudo as representações dos professores no que concerne ao aprendizado e desenvolvimento de alunos, que historicamente vem sendo condenados a um determinismo biológico, que impede muitos de acreditarem no potencial que os mesmos têm a desenvolver.

Por isso, ao delimitar o tema desse projeto de pesquisa, levou-se em consideração a grande relevância em compreender a representação social dos profissionais da educação, pessoas que convivem diariamente com as crianças e adolescente servindo como ponto norteador quanto ao trabalho a ser desenvolvido com elas durante o processo de aprendizagem e desenvolvimento dessas crianças no âmbito escolar. E também, possibilitar que a família se veja como corresponsável pelo processo de aprendizagem e desenvolvimento dessas crianças, já que, tais instituições possuem papéis distintos, porém, dependentes, e que precisam se complementar para promover o pleno desenvolvimento do sujeito.

3 DELIMITAÇÃO DO TEMA E OBJETIVOS

3.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como os professores do ensino fundamental do interior do Ceará (região do Maciço de Baturité) compreendem a base nacional comum curricular (BNCC) e seu processo de construção?

3.2 OBJETIVO GERAL

Analisar as representações e concepções de professores do ensino fundamental do interior do Ceará (região do Maciço de Baturité) sobre a base nacional comum curricular (BNCC) e seu processo de construção.

3.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a postura de tais professores mediante o processo de implementação da BNCC em sua rotina de trabalho.

- Descrever suas principais dificuldades, considerando os aspectos teóricos e práticos da base.
- Analisar os aspectos positivos, negativos e principais dúvidas por eles relatadas, em relação ao documento em questão.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Base nacional comum curricular já ocupa seu espaço nos currículos brasileiros. Concluída após uma 1ª e 2ª versão sem êxito. Com esse novo material distribuído em escolas públicas e particulares exerce influência direta no comportamento curricular dos professores e nas histórias dos alunos. A BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental foi aprovada e homologada em dezembro de 2017. Por sua vez, o documento para o Ensino Médio foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no dia 4 de dezembro de 2018 e homologado na semana seguinte, no dia 14 de dezembro, pelo Ministério da Educação (França, 2019).

Quando se pensou na Base Nacional Comum Curricular, a ideia foi deixar de lado a fragmentação e tornar o currículo escolar algo transdisciplinar e interdisciplinar, favorecendo assim a aquisição do aprendizado pelos estudantes. Contudo, o que se vê ao realizar uma leitura minuciosa e crítica desse documento é que se trata de um ideal imaginário, principalmente quando se compara com o cenário real em que estamos inserido, quando, assim como em muitos outros documentos educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases- LDB, a BNCC fala, logo em suas primeiras linhas em princípios norteadores, como éticos, políticos e estéticos, além de tratar de formação humana integral e construção de uma sociedade justa e solidária, além de continuar favorecendo a homogeneização dos conteúdos, o que desrespeita o multiculturalismo e as diversidades existentes nas escolas (Souza, 2018).

Para Gontijo (2015) a construção de bases gerais para os currículos da escola básica tem sido uma preocupação dos órgãos diretores da educação em diferentes momentos da história da educação nacional, se tornando, mais recorrente, a partir do final da década de 1990, principalmente no que diz respeito ao currículo dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 3º ano do ensino fundamental). As razões para essa preocupação, ao longo da nossa história, são variadas e dependem do contexto sociopolítico, econômico e educacional, mas, de modo geral, todas as propostas partem da necessidade de mudanças vislumbradas por esses órgãos e visaram, de algum modo, a democratização da educação e a modernização do ensino.

Em relação ao Ensino Fundamental, a BNCC traz algumas características importantes: os componentes curriculares (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Inglês, Matemática, Ciências, Geografia, História e Ensino Religioso) apresentam competências específicas, bem como unidades temáticas, a partir das quais são apresentados os objetos de conhecimento e, destes, as habilidades que serão colocadas em prática pelos alunos (Moriggi, 2018).

Penteado (2018) fala que coerentemente da Educação Infantil, a proposta da BNCC Ensino Fundamental – Anos Iniciais é a progressão das múltiplas aprendizagens, articulando o trabalho com as experiências anteriores e valorizando as situações lúdicas de aprendizagem. Segundo o documento da BNCC (MEC, 2019):

Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Nesta direção, as literaturas do campo educacional têm destacado que as reformas são congruentes no sentido de que tem como meta melhorar as economias nacionais a partir do fortalecimento de elos entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercado (AZEVEDO, 2004).

Outra questão amplamente debatida versa sobre as diferenças regionais do ensino na BNCC. Enquanto alguns autores apostam que a sua aplicabilidade garante a diversidade outros tendem a desacreditar na promessa de que o contexto social ainda será prioridade na organização dos conteúdos. Tomando como exemplo o Ensino de História Regional, que foi recentemente elaborado no Brasil, Fioravante (2018) aponta que, segundo as exigências da Base Nacional Comum Curricular, 60% do conteúdo foi definido para ser ministrado nacionalmente e os restantes 40% dos componentes ainda deverão ser definidos pelas redes municipais e estaduais, as quais deverão se adequar às especificidades de cada região. Já Guimarães (2018) usa da especificidade da Geografia para demonstrar a dificuldade de se pretender um ensino que seja comum a tão diferentes contextos e situações.

Importante argumento é levantado por Braga (2018) ao salientar que no novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente,

produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

O debate acerca das competências, aliás, é também tema de grande relevância para este trabalho. Guimarães (2018) afirma que as competências do século XXI dizem respeito a formar cidadãos mais críticos, com capacidade de aprender a aprender, de resolver problemas, de ter autonomia para a tomada de decisões, cidadãos que sejam capazes de trabalhar em equipe, respeitar o outro, o pluralismo de ideias, que tenham a capacidade de argumentar e defender seu ponto de vista, onde a sociedade contemporânea impõe um novo olhar a questões centrais da educação, em especial: o que aprender, para quê aprender, como ensinar e como avaliar o aprendizado.

Um dos méritos da parte da BNCC já conhecida é indicar objetivos gerais e específicos de aprendizagem, denominados na última versão, como “competências” e “habilidades”. Rico (2018) fala que a Referência para a construção dos currículos de todas as escolas do país foi elaborada estabelecendo como pilares 10 competências gerais que irão nortear o trabalho das escolas e dos professores em todos os anos e componentes curriculares – as antigas disciplinas – da Educação Básica.

Rico (2018) também fala da “Mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”.

No geral nossa percepção sobre a base é que há uma boa vontade, houve muito estudo, foi amplamente discutida. Evidentemente que ela não é perfeita. Entretanto, acima de qualquer polêmica ou divergência defendemos a importância de se considerarem os professores como os principais profissionais a serem consultados em qualquer política pública de ensino que intencione mudar as práticas pedagógicas, seus conteúdos curriculares, os materiais escolares e os processos de ensino-aprendizagem.

5 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, realizado a partir de fontes primárias, com a aplicação de uma entrevista ao público alvo dessa pesquisa, os professores. Com a finalidade de analisar as concepções dos professores do ensino fundamental do interior do Ceará sobre a base nacional comum curricular. De início será encaminhado um termo às escolas que serão realizadas a pesquisa, facilitando o acesso com os profissionais da educação em busca de dados, para descrever os resultados alcançados pela pesquisa. Logo em seguida será escolhido um melhor dia para se trabalhar o método utilizado, como nos dias de planejamento, em que esses professores estejam disponíveis de certa forma a não atrapalhar se fosse o caso, o andamento em sala de aula.

Logo depois do processo de agendamento da aplicação da entrevista, retornarei para efetuar a entrevista individualmente com cada professor e utilizarei como instrumento para a obtenção de dados o notebook, anotando assim o conteúdo disponibilizado pelas falas dos professores. Serão selecionadas para realização da entrevista, variadas escolas, entre elas públicas e privadas, para melhores resultados. Também escolherei professores que realizem seus trabalhos e atividades em séries entre 2º, 4º, 6º, 9º anos, diferenciando exatamente essa passagem do ensino fundamental. O conteúdo levantado será analisado de forma a buscar coerências e divergências, no intuito de identificar ideias centrais acerca do tema.

6 PLANO DE ATIVIDADES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapas	Jul 18	Ago 18	Set 18	Out 18	Nov 18	Dez 18	Jan 19	Fev 19	Mar 19
Escolha do tema	X								

Levantamento Bibliográfico		X							
Elaboração do anteprojeto			X						
Organização do roteiro/partes				X					
Texto do trabalho					X	X			
Revisão final								X	X
Defesa									X

7 REFERÊNCIAS

DOMINGUES, José. TOSCHI, Nirza. OLIVEIRA, João. **“A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública”**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a05v2170>. Acesso em: 15/01/2019.

LOPES, Alice. **“Por um currículo sem fundamentos”**. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1935/193542556011>. Acesso em: 27/01/2019.

SCHEIBE, Leda. **“Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: Trajetória longa e inclusa”**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/v37n130/04.pdf>. Acesso em: 27/01/2019.

MENEZES, Carlos. **“Ensino médio- etapa conclusiva de uma educação em crise”**. 2018 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142018.3294.0009>. Acesso em: 28/01/2019.

MARCONDES, Maria. **“As ciências da Natureza nas 1ª e 2ª versões da Base Nacional Comum Curricular”**. 2018 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142018.3294.0018>. Acesso em: 28/01/2019.

FERREIRA, Windyz. **“O conceito de diversidade no BNCC- Relações de poder e interesses ocultos”**. 2015. Disponível em: retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/582/656. Acesso em: 01/02/2019.

SOUZA, João. **“Análise crítica sobre à Base Nacional Comum Curricular”**. 2018 Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/analise-critica...a-base-nacional-comum.../155624>. Acesso em: 02/02/2019.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa-5.ed** - Petrópolis, RJ : vozes, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, DF: Mec, 1996.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, 1ª versão revisada, Brasília, DF: Mec, 2015 a.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, 2ª versão revisada, Brasília, DF: Mec, 2016.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, 3ª versão revisada - definitiva. Brasília, DF: Mec, 2017a.

Guimarães, I. (2018). **Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) / Teaching and learning geography in the National Curriculum Common Base (BNCC)**. *Ensino Em Re-Vista*, 25(4), 1036-1055.

FIORAVANTE, Antonia. **“A problematização da Normatização da Disciplina de História Regional no Brasil”**. 2018. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/jornadaeducacao/article/view/4884/4910>. Acesso em: 05/04/2019.

Casa de papel: manual digital do professor / Carolina Braga; — 1. ed. — Rio de Janeiro: Rovel, 2018.

RICO, Rose. **“Conheça e Entenda as Competências Gerais da BNCC”**. 2018 Disponível em: <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/1/conheca-e-entenda-as-competencias-gerais-da-bncc>. Acesso em: 04/02/2019.

GONTIJO, Cláudia. **“Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Comentários Críticos”**. 2015. Disponível em: <http://abalf.org.br/revistaeletronica/index.php/rabalf/article/view/68/0>. Acesso em: 04/02/2019.

MORIGGI, Marcos. **“BNCC no Ensino Fundamental: As Implicações em Sala de Aula”**. 2018. Disponível em: <http://basecurricular.portalsas.com.br/bncc-no-ensino-fundamental/>. Acesso em: 03/02/2019.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Você já teve a oportunidade de conhecer mais detalhadamente a BNCC? Qual a sua opinião sobre ela?
- 2- Como você ficou sabendo dessa nova base?
- 3- Como você está lidando com essas perspectivas de mudanças?
- 4- Houve alguma experiência de discussão coletiva na rede educacional a qual você é vinculado com relação a BNCC? Como foi?
- 3- Quais são suas expectativas com relação à proposta? O que você espera da base?
- 4- Quais são, na sua opinião, os pontos positivos e os pontos negativos que ela apresenta?
- 5- Como você avalia o plano de implantação, em especial no que diz respeito aos prazos, formas de participação e diálogo com as instâncias superiores (MEC e Secretarias)?
- 6- Comente outros pontos relevantes sobre este tema que não foram contemplados ainda em nossa conversa.